



Micro e Pequenas Empresas, Crescimento e Desigualdade Social: Um estudo sobre o cenário brasileiro

VICTOR GOMES FURTADO CUTRIM

Universidade Federal da Paraíba

MARCELLY NÓBREGA DE MEDEIROS

Universidade Federal da Paraíba

FRANCISCO JOSÉ DA SILVA JÚNIOR

Universidade Federal da Paraíba

PAULO AMILTON MAIA LEITE FILHO

Universidade Federal da Paraíba

Resumo

Este estudo investiga a participação das micro e pequenas empresas no cenário nacional, bem como sua relação com o crescimento econômico e a desigualdade social no país. A participação de empresas desse porte vem aumentando ao longo da última década devido a medidas do governo brasileiro, que buscam facilitar a entrada e a formalização de novos negócios. A população foi composta pelos 27 Estados Federativos durante os anos de 2013 a 2016, com um total de 108 observações por variável. A metodologia utilizada foi uma adaptação do modelo de Ayyagari, Beck e Demirgüç-Kunt (2007) para estimar a participação das MPEs, bem como o ambiente de negócios por Estado, relacionando os dados com o crescimento econômico e o nível de desigualdade social do período. Os resultados demonstraram que a participação das MPEs apresentou influência inversa ao crescimento econômico da Região Sul, porém sendo determinante para a redução da desigualdade social nesta mesma região. Para as demais regiões brasileiras, tais relações não apresentaram significância estatística, contrariando os pressupostos teóricos.

Palavras chave: Micro e Pequenas Empresas, Crescimento econômico, Desigualdade Social.



1. INTRODUÇÃO

As políticas de estímulo às micro e pequenas empresas são baseadas em alguns argumentos, também do Banco Mundial (World Bank, 1994, 2002, 2004). Primeiro, defensores das MPEs argumentam que pequenos negócios aumentam a competição e o empreendedorismo, além de maior eficiência em toda economia, inovação e crescimento econômico. Por esse ponto de vista, o estímulo às MPEs ajuda o país a explorar os benefícios sociais de uma maior competitividade do mercado.

Ao realizar uma pesquisa prévia na literatura sobre MPEs, em busca de estudos semelhantes com o proposto, a contribuição de 'Políticas para promover o desenvolvimento social, através da promoção de PME e empreendedorismo social: um estudo na indústria da construção civil colombiana' é escrito por Garrigós Simón, González-Cruz e Contreras-Pache, partindo da forma Narangajavana et al. (2016). Esta pesquisa propõe um conjunto de políticas para encorajar as PME a considerar a dimensão social da sua atividade normal, o que aumenta a quantidade de valor social criado. Os resultados enfatizam a importância do desenvolvimento dos operadores históricos locais e enfoque social das empresas para aumentar a geração de valor social. Propõe-se que MPEs são mais produtivas que grandes empresas, mas que o mercado e outras falhas institucionais impedem o desenvolvimento dos pequenos negócios (Ayyagari et al., 2007). Essa perspectiva suporta o argumento que o desenvolvimento das MPEs teria relação com o crescimento econômico do País. Por último, a expansão das MPEs impulsiona mais o emprego do que em grandes firmas, gerando assim, a diminuição dos índices de pobreza do local.

Alguns estudos analisaram a participação das micro e pequenas empresas ao redor do mundo, onde concluíram pela relação significativa entre o crescimento econômico e a participação relativa dos microempreendedores (Beck et al, 2005). O problema do trabalho é justamente na dificuldade de caracterizar as MPEs ao redor do mundo, onde cada país possui legislação e aspectos particulares para definir o porte das empresas.

Outros estudos afirmam que as pequenas empresas transformam e desenvolvem comunidades. Os empreendedores criam maneiras de conectar recursos e crescimento entre culturas, contextos políticos, condições econômicas e situações políticas que diferem de uma região para outra (Carrasco-Monteagudo & Buendía-Martínez 2013). As MPEs criam estratégias que acabará por resolver grandes desafios econômicos e sociais e, nesse sentido, melhorar a qualidade de vida da região onde estão localizados (Godar, O'Connor, & Taylor 2005).

Diante do exposto, infere-se o seguinte questionamento: Qual a influência da participação das Micro e Pequenas Empresas no crescimento econômico e no nível de desigualdade social? Dessa forma, foram testadas as seguintes hipóteses: H1 – Há relação positiva entre a participação das MPEs e o crescimento da renda per capita; H2 – Há relação negativa entre a participação das MPEs e o nível de desigualdade social.

Dessa forma, este artigo tem por objetivo verificar se há relação entre a participação das MPEs no crescimento econômico e no nível de desigualdade social nas Regiões Brasileiras. A análise das Regiões individualmente é devida as características continentais do Brasil, onde encontramos diferenças significativas de renda e pobreza entre os diversos Estados e Regiões do País. Portanto, a principal contribuição deste artigo, em relação aos que antecederam na literatura nacional, é principalmente devido à ausência de trabalhos na literatura com foco na participação das MPEs no Brasil, através da análise por Região, eliminamos problemas de comparabilidade e consistência, já que as leis que tratam o assunto no país são todas em nível Federal, abrangendo todos os Estados da Federação.

Como resultados, pôde-se observar que em prática, a relação entre a participação das MPEs



no crescimento econômico não foi considerada significativa para todas as regiões, com exceção da Região Sul que demonstrou uma relação inversa entre tais fatores, sendo contraditório ao arcabouço teórico. Já a participação das MPEs mostrou-se determinante para a redução da desigualdade social na Região Sul, indo de acordo com os pressupostos, mas desconsiderado para as demais regiões.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Micro e pequenas empresas - MPEs

Com a publicação da lei complementar nº 123/2006, o governo brasileiro estabeleceu normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido às micro e pequenas empresas. Dentre os benefícios criados, estão o recolhimento de impostos e contribuições mediante regime único e o acesso a crédito e ao mercado, dando preferência nas aquisições de bens e serviços pelos Poderes Públicos às MPEs.

Após a publicação dessa lei, diversas outras medidas foram tomadas pelo governo para estimular e facilitar a entrada de novas empresas no mercado, como é o caso da Lei 11.598/2007, que estabeleceu diretrizes e procedimentos para a simplificação de registro de empresários através da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – REDESIM, e da Lei Complementar 128/2008, que criou a figura do Micro Empreendedor Individual – MEI, incentivando a regularização e formalização do pequeno empreendedor e, consequentemente, buscando reduzir a informalidade no país. Dentre as normas diferenciadas estabelecidas às MPEs, está a da desobrigação de publicação das suas demonstrações financeiras, diferente do que ocorre com as Sociedades Anônimas regidas pela lei nº 6.404/76. Isso gera uma maior dificuldade nas pesquisas voltadas para os pequenos empresários, principalmente pela ausência de dados.

A definição de micro e pequena empresa está estabelecida na Lei Complementar nº 123/2006, onde o critério utilizado é a receita bruta anual, considerando a microempresa como aquela que aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e empresa de pequeno porte é aquela que aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais) (Gomes, Rangel & Fernandes, 2016).

O IBGE apresenta outra forma de definir Microempresa (ME) e Empresa de Pequeno Porte (EPP), de acordo com o número de funcionários, com até 9 funcionários as microempresas e de 10 a 99 as empresas de pequeno porte, essa definição desconsidera o segmento econômico da empresa. No entanto este artigo considera apenas a definição para fins tributários utilizando a receita bruta.

O critério estabelecido na lei padroniza no país o porte das empresas a partir do faturamento bruto anual, facilitando a análise e a comparação entre as diversas regiões do Brasil. Atualmente, cerca de 93% das empresas brasileiras estão enquadradas como micro e pequenas, participando com mais de 27% do PIB nacional, de acordo com dados da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC, 2016). Algumas outras características são apontadas como comuns as MPEs, como a baixa demanda por capital, baixa burocracia, gestão centralizada na figura do proprietário, dentre outras. Por outro lado, a vulnerabilidade das MPEs faz com que se tornem mais dependentes de incentivos governamentais e tratamento diferenciado para sobreviver em meio as grandes corporações (Everton Junior, 2017).

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES possui papel fundamental no fomento às MPEs, oferecendo condições especiais de financiamento, bem como linhas de investimentos sociais, promovendo a realização dos planos de expansão e modernização



de novos negócios, gerando renda, empregos e inclusão social para o País. Apesar dos esforços do Governo em promover a entrada de novos negócios, houve uma queda de aproximadamente 50% nos financiamentos às MPEs nos anos de 2015 e 2016 pelo BNDES, trazendo prejuízos e desvantagens para os pequenos empresários no país, conforme dados extraídos do portal da transparência. Essas medidas vão ao encontro com as diretrizes do Banco Mundial (World Bank, 2014), que reforça o papel do Estado no desenvolvimento do setor privado, objetivando a criação de regras eficientes, acessíveis a todos os usuários e simples na sua implementação. Apesar das regras criadas pelo governo brasileiro, o Brasil figura na posição 116 de um total de 189 países no ranking do Banco Mundial de países mais fáceis de fazer negócio.

2.2 MPEs e o Crescimento econômico

Estudos sobre crescimento econômico possuem grande tradição em Economia e diversas teorias surgiram ao longo do tempo para explicar os seus fundamentos. Mais especificamente com relação ao tamanho das empresas, alguns estudos fornecem evidências e argumentos sobre a distribuição das empresas no país, comparando fatores técnicos como retorno, escala, eficiência de operação, entre outros.

As características econômicas, políticas e sociais dos países interferem no crescimento das empresas, além de diversos outros fatores que podem incentivar ou desincentivar o surgimento e/ou crescimento das empresas no país. Por exemplo, alguns países podem ter dotações que dão ao país uma vantagem competitiva na produção de bens que são produzidos eficientemente em grandes organizações, enquanto outros países terão uma vantagem competitiva em bens produzidos economicamente em pequenas empresas (You, 1995).

Beck, Demirguc-Kunt e Maksimovic (2005) sugerem uma forte ligação entre instituições financeiras e o sistema legal do país e o crescimento das empresas, ou seja, quanto mais sólidas e desenvolvidas as instituições governamentais, melhor será o resultado em relação ao crescimento das empresas.

Dentre os argumentos *pró-MPEs* estão a maior concorrência e empreendedorismo, maiores benefícios sociais, maior produtividade em relação às grandes empresas, além de maior eficiência em relação ao trabalho, já que pequenos empreendedores contratam mais se compararmos o valor pago aos funcionários em relação ao faturamento bruto da empresa (Kitching, 1982). Tudo isso, como apoio financeiro do governo às MPEs, pode impulsionar o crescimento econômico e desenvolvimento (Beck et al., 2005).

Em busca de estudos semelhantes com o proposto, González-Benito, Muñoz-Gallego e García-Zamora (2013) encontraram que a probabilidade de sucesso aumenta quando as empresas utilizam a colaboração para incentivar esforços de inovação e que pequenos negócios possuem mais vantagem em relação às grandes empresas nesses canais de colaboração.

Narangajavana et al. (2016) propõe um conjunto de políticas para encorajar as PME a considerar a dimensão social da sua atividade normal, o que aumenta a quantidade de valor social criado. Os resultados enfatizam a importância do desenvolvimento dos operadores históricos locais e enfoque social das empresas para aumentar a geração de valor social.

Além disso, as MPEs são mais produtivas que grandes empresas, mas que o mercado e outras falhas institucionais impedem o desenvolvimento dos pequenos negócios (Ayyagari et al., 2007). Essa perspectiva suporta o argumento que o desenvolvimento das MPEs teria relação com o crescimento econômico do País.

As políticas adotadas no Brasil refletem o interesse do governo em apoiar o crescimento e a profissionalização das MPEs, concedendo tratamento especial para essas organizações, agregando



tanto o crescimento econômico, quanto fatores sociais. Com isso, as micro e pequenas empresas se tornaram uma grande influência para a economia brasileira ao longo dos anos, promovendo a maioria dos empregos formais, arrecadação de tributos, distribuição de renda, desenvolvimento das regiões, aquecendo a economia e aumento do Produto Interno Bruto (PIB) (Sebrae, 2007; 2011; 2013).

Além disso, em tempo de grandes índices de desemprego, descobriu-se que as pequenas empresas criam uma grande parcela de novos empregos (You, 1995). Esse apoio do governo é necessário porque as MPEs são mais frágeis e vulneráveis às oscilações do mercado (Everton Junior, 2017).

Por outro lado, também há os estudiosos que questionam a eficácia desses argumentos *pró-MPEs*. Alguns autores sustentam que existe vantagem das grandes empresas em relação as pequenas devido a exploração de economias de escala, além de redução de custos fixos associados com pesquisa e desenvolvimento (P&D), aumentando a produtividade da empresa. Também, instituições financeiras e jurídicas subdesenvolvidas prejudicam muitas empresas e restringem o crescimento delas aos seus tamanhos eficientes (Kumar et al., 2001; Pagano & Schivardi, 2000).

Dessa forma, definiu-se a hipótese de que:

H1: Há relação positiva entre a participação das MPEs e o crescimento da renda per capita.

Teorias surgiram como forma de sugerir um equilíbrio no tamanho das firmas, de modo que operem da forma mais eficiente possível. Teorias modernas de distribuição de tamanho das firmas assumem que as empresas são heterogêneas ao longo de alguma dimensão, tipicamente eficiência, que tem um impacto direto em seu tamanho de equilíbrio. Dessa forma, de acordo com Pagano e Schivardi (2000), nessas teorias, a forma da função de produção no nível da firma é apenas um dos fatores que determinam a estrutura de equilíbrio da indústria, que dependerá de uma multiplicidade de fatores, como regulação, nível de desenvolvimento econômico, tamanho do mercado e assim por diante.

2.3 MPEs e a Redução da Pobreza

Nas últimas duas décadas, uma extensa literatura sobre a importância das pequenas empresas na economia mostrou consistentemente que a criação de novas empresas impulsiona a prosperidade econômica. Com isso, a expansão das MPEs impulsiona mais o emprego do que em grandes firmas, gerando assim, a diminuição dos índices de pobreza do local. Dessa forma, as próprias características das MPEs possuem a capacidade de interferir no desenvolvimento social, gerando valor a comunidade, distribuição de renda e, conseqüentemente, reduzir a pobreza do país (Domingo Ribeiro, 2017; Everton Junior, 2017; Narangajavana et al., 2016; Mukras, 2003).

Dados do IBGE – Síntese de Indicadores Sociais 2018, mostram que cerca de 26,5% da população do Brasil estão abaixo da linha de pobreza em 2017. Na Paraíba, esse índice chega aos 40%. Diante deste cenário, MPEs podem ser soluções viáveis para o crescimento sustentável e mais igualitário, com menor desigualdade social entre a população. Elas foram identificadas como o catalisador para o crescimento econômico de um país, uma vez que são uma importante fonte de renda e emprego e, conseqüentemente, redução da pobreza contribuindo substancialmente para o produto interno bruto (Agyapong, 2010; Beck, Demircug-Kunt & Levine, 2003).

Baseando-se em tais dados, estimou-se a seguinte hipótese:



H2: Há relação negativa entre a participação das MPEs e o nível de desigualdade social.

Segundo Mukras (2003), a atração das MPEs como um gerador alternativo de empregos deriva da própria natureza e características que tornaram as empresas relativamente mais acessíveis aos pobres, aos menos capacitados e aos menos sofisticados. Eles também facilitam a produção e distribuição de produtos; criação de empregos, fonte de inovação industrial e regeneração/crescimento da economia (Snodgrass & Biggs, 1996). De acordo com o Sebrae (2014), as MPEs respondem por cerca de 40% da massa de remuneração paga aos empregados formais nas empresas privadas. O aumento do número de empresas, bem como o aumento na participação do PIB reforça a importância das MPEs e sua capacidade de contribuir para o crescimento econômico e a redução da pobreza, sempre observando fatores externos, como a situação da política e econômica do país.

3. METODOLOGIA

3.1 Definição da Amostra e Coleta dos Dados

A população desse estudo é formada pelos 27 estados brasileiros, divididos em regiões Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro Oeste. Formando um conjunto de dados em um painel balanceado, totalizando 108 observações analisadas no período de 2013 a 2016. Os dados foram coletados por meio de fontes oficiais do governo ou instituições ligadas as micro e pequenas empresas como IBGE, BNDES, site do Simples Nacional. Os dados da renda per capita, índice de GINI e as informações de trabalhadores informais no site do IBGE, a participação das MPEs foi calculada a partir dos dados coletados no site do Simples Nacional, os valores de financiamento através do site do BNDES. Na tabela 1 está a quantidade de estados por região uma forma de evidenciar a heterogeneidade dessa distribuição e assim fazer uma analogia com os resultados mais adiante.

Tabela 1. Distribuição de Estados por Região

Região	Quantidade de Estados
Norte	07
Nordeste	09
Sudeste	04
Centro Oeste	04
Sul	03
Total	27

Fonte: Elaboração própria (2018).

3.2 Modelo Empírico e Descrição das Variáveis

Para atingir o objetivo principal que é verificar se há relação entre a participação das MPEs



no crescimento econômico e no nível de pobreza nas Regiões Brasileiras, foram utilizados os modelos adaptados do trabalho de Beck et al (2005), através da Regressão MQO dos seguintes modelos:

Modelo I: $GDP_{it} = \beta_0 + \beta_1 MPE_{it} + \beta_2 BNDES_{it} + \beta_3 INFO_{it} + \varepsilon$

Modelo II: $GINI_{it} = \beta_0 + \beta_1 MPE_{it} + \beta_2 BNDES_{it} + \beta_3 INFO_{it} + \varepsilon$

Em que:

GDP_{it} = a renda per capita por Estado da Federação;

$GINI_{it}$ = medida de desigualdade;

MPE_{it} = relação entre o valor de ICMS repassado aos Estados a título de Simples Nacional pelo total do ICMS arrecadado no período;

$BNDES_{it}$ = o valor relativo de financiamentos concedidos pelo BNDES às MPEs;

$INFO_{it}$ = percentual de informalidade atribuído a cada Estado da Federação.

A equação (1) corresponde a hipótese 1, na qual supõe que existe uma relação positiva entre a participação das MPEs e o crescimento da renda per capita. A variável dependente corresponde à renda per capita por Estado da Federação. Trata-se de um indicador de crescimento econômico utilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. A equação (2) refere-se à segunda hipótese da pesquisa na qual supõe que a participação das MPEs tem uma relação negativa com o nível de pobreza. Foi utilizado a variável GINI como dependente, que representa o índice de GINI de cada Estado, também fornecido pelo IBGE. O coeficiente de GINI é uma medida de desigualdade desenvolvida pelo estatístico italiano Corrado Gini, e publicada no documento (“Variabilidade e mutabilidade” em italiano), em 1912.

Em relação às variáveis independentes, foram utilizadas a Micro e Pequena Empresas (MPEs) para definir a participação das MPEs por Estado e depois analisadas por Região. O cálculo foi feito através da relação entre o valor repassado aos Estados a título de Simples Nacional pelo total do ICMS arrecadado no período. O critério utilizado para definir as MPEs foi exclusivamente a receita bruta anual definida no Estatuto Nacional das Micro e Pequenas empresas. As demais variáveis são consideradas como o ambiente de negócios a qual as empresas estão inseridas. Para isso, utilizamos BNDES como o valor relativo de financiamentos concedidos pelo BNDES às MPEs, bem como INFO, que trata do percentual de informalidade atribuído a cada Estado da Federação.

Tabela 1 – Sinais Esperados das Variáveis Independentes

Variáveis Independentes	Sinais Esperados		Fontes dos Dados
	Modelo 1	Modelo 2	
MPE	+	-	Simples Nacional
BNDES	+	-	BNDES
INFO	-	+	IBGE

Fonte: Dados da Pesquisa (2018).

3.3 Procedimento Estatístico

Para verificar se existe uma relação significativa entre o crescimento econômico, a redução da pobreza e a participação das MPEs no decorrer dos anos por região brasileira, foi desenvolvido



uma análise por meio de regressão linear múltipla, na qual é utilizado o método dos mínimos quadrados ordinários (MQO).

Primeiro foi rodado cada modelo com todos os dados somando 108 observações, pra verificar o poder de explicação do modelo, verificando um R^2 de 74% para o modelo I e 12% para o modelo II, logo após os dados obtidos por estados foram agrupados por região e cada modelo de regressão foi rodado por região, obtendo um total de dez regressões a serem analisadas. Para detectar a presença de multicolinearidade, fez-se uso dos testes FIV (*variance inflation factor*), onde foram encontrados baixos valores do VIF indicando que existe uma baixa intercorrelação entre as variáveis do modelo. Para verificar a existência de heterocedasticidade foi realizado o teste de White que utiliza os resíduos e o teste de *Wooldridge* para verificar se existe auto correlação nos dados em painel

4. ANÁLISE DOS DADOS

O presente tópico dispõe a análise dos dados e apresenta, inicialmente, a estatística descritiva das variáveis pesquisadas. Na sequência, são expostos os resultados referentes à análise das regressões utilizando os modelos apresentados para cada região investigada, efetuando-se as devidas comparações, a fim de se alcançar o objetivo da pesquisa.

4.1 Descrição da Amostra

Ao longo do período analisado, pode-se perceber que a renda domiciliar per capita média dos estados foi de R\$ 974,62, atingindo um mínimo de R\$ 461,00 no Nordeste em 2014 e um máximo de R\$ 2.351,00 no Centro Oeste em 2016. Já podemos inferir uma alta concentração da renda dos brasileiros na região Centro Oeste. O que pode ser explicado pelo índice de GINI, onde verificamos uma maior concentração da renda no Centro Oeste em 2013 com 57% e o Sul apresentou a menor desigualdade na distribuição da renda com 42% em 2015, porém ainda considerado alta a concentração da renda com poucos. Esses dados são apresentados na Tabela 2.

Tabela 2 – Estatística Descritiva das variáveis. 2013-2016

Variáveis	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
GDP	974,62	352,10	461,00	2.351,00
GINE	0,487	0,317	0,419	0,571
MPE	0,02	0,009	0,004	0,044
BNDES	1.309,00	1804,00	23,00	8.426,00
INFO	77,46	10,55	55,5	93,1

Nota. ^a Valor em Real, ^b Medido em Percentual, ^c Percentual, ^d Real e ^e Percentual.

Nota. Fonte: Dados da Pesquisa. (2018).

No que se refere às médias por região observamos uma grande diferença na renda das regiões Norte e Nordeste em relação ao Sudeste, Sul e Centro Oeste, o índice Gini indica que na Região Nordeste é onde tem a maior desigualdade na distribuição da renda podendo ser explicado devido a ser a região com a menor renda também. Em relação às MPEs a região com maior



participação é a Sul onde também apresenta a segunda melhor renda para o período analisado. Esses dados são apresentados na tabela 3.

Tabela 3 – Estatística Descritiva por Região. 2013-2016

Região	GDP	GINE	MPE	BNDES	INFO
	Média	Média	Média	Média	Média
NORTE	814,16	0,486	0,136	267,25	84,40
NORDESTE	701,57	0,498	0,199	424,88	85,63
SUDESTE	1.216,35	0,484	0,278	2.872,25	68,58
SUL	1.320,70	0,453	0,292	4.407,00	60,10
CENTRO OESTE	1.368,54	0,490	0,189	1.237,56	68,83
	D. P.	D. P.	D. P.	D. P.	D. P.
NORTE	106,90	0,264	0,005	232,27	84,4
NORDESTE	105,01	0,027	0,004	394,17	3,34
SUDESTE	208,12	0,178	0,044	2.571,70	7,23
SUL	122,03	0,212	0,109	1.743,40	2,28
CENTRO OESTE	482,88	0,474	0,137	823,88	3,60

Nota: DP – Desvio Padrão. Fonte: Dados da Pesquisa. (2018).

4.2 Relação entre a renda per capita e participação das MPEs.

O número de micro e pequenos empreendimentos no Brasil vêm crescendo ao longo dos últimos anos, fato este constatado a partir de dados disponíveis nas Juntas Comerciais e órgãos de apoio, como o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), mas muitos ainda atuam na informalidade. Observa-se que a maior parte deste empreendimento surgiu em formato de Microempreendedor Individual (MEI). A evolução das empresas optante pelo simples nacional foi 8,2 milhões em 2013 para 11,6 milhões em 2016. Com participação em 27% de valor adicionado na economia nacional em 2011 podendo ser bem maior hoje.

Nesse contexto, os pequenos negócios, em 2017, foram responsáveis pela geração de aproximadamente 330 mil novos empregos, ao passo que as MGEs (Empresas de Médio e Grande Porte) responderam pela extinção líquida de 350 mil postos de trabalho, em 2016.

A tabela 4 mostra que a participação das MPEs só explica significativamente a renda na região Sul onde apresenta um sinal negativo indicando que a renda aumenta enquanto a participação das MPEs na economia diminui, porém esse fato não está de acordo com estudos relacionados, mostrando que com a evolução das optantes pelo Simples Nacional houve um aumento do número de empregos, como também do valor adicionado à economia pelas MPEs, com um saldo de empregos gerados de 2013 a 2016 de 1.834.000 no Brasil (Sebrae).

Outros dados significativos foram os financiamentos que também mostraram uma relação negativa com a renda, demonstrando que o aumento da renda ocorre quando há diminuição dos



financiamentos adquiridos pelas MPEs. A cada ano adicional o financiamento diminui a renda (GDP) em 2% no Norte, 5% no Sudeste e 6% no Sul. Pois o efeito esperado é que ao aumentar o financiamento, consequentemente as empresas farão mais investimentos, aumentando o número de empregos, seu faturamento e sua participação na economia do país. Em relação aos financiamentos liberados pelo BNDES, foram reduzidos com o passar dos anos no período analisado, o que poderia ser explicado por fatores externos que não foram analisados nesse estudo, como o período da crise brasileira, que limitou os créditos bancários na intenção de proteger as empresas de possíveis quebras. Quanto a variável INFO, em todas as regiões a relação foi negativa, sendo estatisticamente significativa apenas na região Sudeste, essa relação está de acordo com o esperado, pois com o aumento da renda e da participação das MPEs, a tendência é diminuir a informalidade, o que é explicado pelo fato de todos os benefícios criados pelo governo na facilitação do MEI e no aumento das MPEs.

Tabela 4 - Resultados da Regressão do Modelo I

Região	MPE	BNDES	INFO	R ² Ajust	White	Woldridge
NORTE	2.036,56	-0,226**	-8,78	0,344	0,419	0,002
NORDESTE	2.084,44	-0,0422	-19,14	0,393	0,688	0,002
SUDESTE	-15.095,41	-0,0541**	-31,20*	0,656	0,606	0,985
SUL	-6349,01**	-0,0637*	-12,17	0,749	0,613	0,879
CENTRO OESTE	7.506,32	-0,172	-81,62*	0,789	0,261	0,079

Nota. * Significante ao nível de 1%, ** Significante ao nível de 5%

Foi realizado teste de Multicolinearidade, maior VIF encontrado foi 3,32 para a variável MPE na região Norte. Por tanto, não foi detectado problema de multicolinearidade.

Não apresenta problema de Heterocedasticidade.

Norte e Nordeste apresentaram problema de auto correlação, usando erro padrão de Newey-West com 1 lag.

4.3 Relação entre a concentração da renda e participação das MPEs.

Entre 2005 e 2015, as micro e pequenas empresas criaram 6,1 milhões de empregos com carteira assinada, elevando o total de postos nessas empresas de 11,1 milhões, em 2005, para 17,2 milhões, em 2015. Em todo o período, o crescimento médio do número de empregados nas MPEs foi de 4,5% a.a.

O bom desempenho das MPEs no período analisado confirmou a importância do segmento para a economia. Em 2015, as micro e pequenas empresas foram responsáveis por 99% dos estabelecimentos, 53,9% dos empregos privados não agrícolas formais no país e 43,6% da massa de salários (SEBRAE 2017).

Os pequenos negócios têm sido considerados como de incontestável importância em diversos países, uma vez que as micro e pequenas empresas (MPE) exercem papel fundamental em aspectos sociais e econômicos, tais como no desenvolvimento do empreendedorismo (*self employment*); na criação majoritária de postos de trabalho; no desenvolvimento da inovação; e na necessidade de considerar a influência do crescimento dos pequenos negócios sobre o estabelecimento de políticas urbanas, sociais e econômicas (BROWN et al., 1990; NEUMARK et al., 2011; OIT, 2015; STOREY, 2016).



A tabela 5 mostra que na região Nordeste e Sudeste as variáveis independentes têm pouco poder para explicar a variável dependente GINI. Apenas a região Sul foi significativa e com relação negativa entre a concentração da renda e a participação das MPEs, indicando que à medida que o nível de desigualdade diminui por meio do aumento da participação das MPEs na economia da região. Indo ao encontro com o resultado esperado com base em estudos realizados onde mostra que com o aumento das MPEs na economia, gerou novos empregos contribuindo para a redução da pobreza.

Segundo Domingo Ribeiro-Soriano (2017), nas duas últimas décadas os estudos têm mostrado que a criação de pequenos novos negócios promove o crescimento da economia, tornando-se essenciais para o desenvolvimento do país. Podemos destacar que as principais condições para o fomento do empreendedorismo foram a criação de novos postos de trabalho, o crescimento da economia e a redução da pobreza.

As atividades advindas de MPEs têm contribuindo significativamente para o crescimento da demografia das empresas brasileiras e dos benefícios sociais e econômicos advindos das mesmas.

Tabela 5 - Resultados da Regressão Modelo II

Região	MPE	BNDES	INFO	R ² Ajust	White	Woldridge
NORTE	2,166	-0,00006**	0,0010	0,058	0,230	0,3587
NORDESTE	1,497	-0,000004	-0,0002	-0,021	0,286	0,0004
SUDESTE	-2,114	0,000005**	-0,0009	0,104	0,083	0,0868
SUL	-1,932*	-0,0000002	0,0002	0,787	0,243	0,8200
CENTRO OESTE	0,205	-0,000025**	-0,0059**	0,623	0,383	0,1621

Nota. * Significante ao nível de 1%, ** Significante ao nível de 5%

Foi realizado teste de Multicolinearidade, maior VIF encontrado foi 3,32 para a variável MPE na região Norte. Por tanto, não foi detectado problema de multicolinearidade.

Não apresenta problema de Heterocedasticidade.

Nordeste apresentou problema de auto correlação, usando erro padrão de Newey-West com 1 lag.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho explorou a relação entre a participação das MPEs, o crescimento econômico medido pelo financiamento liberado pelo BNDES as MPEs e a distribuição da renda medido pelo Índice de GINI. Foi utilizado um banco de dados com os 27 estados brasileiros com dados de 2013 a 2016. Com o objetivo de verificar se há relação entre a participação das MPEs no crescimento econômico e na redução da pobreza nas Regiões Brasileiras.

A principal contribuição deste artigo, em relação aos que antecederam na literatura nacional, é principalmente devido à ausência de trabalhos com foco na participação das MPEs no Brasil, numa análise por Região, eliminando problemas de comparabilidade e consistência, já que as leis que tratam o assunto no país são todas em nível Federal, abrangendo todos os Estados da Federação. Em termos teóricos para a Academia brasileira, como um estudo inédito ao analisar a relação entre a participação das MPEs, o crescimento econômico e o nível de pobreza, diante da teoria que muitos autores defendem que as MPEs transformam e desenvolvem comunidades.

Apesar de ter encontrado uma relação positiva entre a participação das MPEs e a concentração da renda para a maioria das regiões, esta relação não se apresentou estatisticamente



significante. Porém, tal relação apresentou-se significativa apenas na Região Sul, demonstrando que a participação das MPEs reduz a concentração de renda, sendo contraditória aos pressupostos teóricos. Já em relação ao nível de desigualdade, tal relação apresentou-se significativa também para a Região Sul, demonstrando que o aumento da participação de MPEs contribui para a redução da desigualdade social.

Diante dessas evidências, apenas a hipótese 1 do trabalho, de que há relação positiva entre a participação das MPEs e o crescimento da renda per capita, pode ser rejeitada para todas as regiões. Porém a hipótese 2, de que há relação negativa entre a participação das MPEs e o nível de desigualdade social pode ser aceita para a Região Sul, todavia, desconsiderada para as demais regiões.

Foi apresentado que as regiões com maiores rendas foram a Sudeste, Sul e Centro Oeste, outro resultado foi que o financiamento concedido pelo BNDES as MPEs foi diminuindo com o passar do tempo, o que pode ter outros fatores macroeconômicos envolvidos não abordados neste trabalho.

Como limitações da pesquisa, destacam-se: i) o período analisado, além de ser considerado pequeno, influenciou a variável BNDES, devido a queda nos financiamentos concedidos as MPEs; ii) A variável BNDES foi extraída de forma absoluta, onde a redução nos últimos dois anos impactou significativamente o resultado, o ideal seria fazer o percentual em relação ao total distribuído no Brasil; iii) A forma como foi calculada a variável MPEs pode não ter sido a mais adequada para o estudo, devido ao número de ICMS do estado ser muito superior das empresas que não fazem parte do Simples Nacional em relação das empresas que estão incluídas no regime.

Por último, o presente trabalho, a partir da diversidade dos resultados alcançados (mesmo considerando as limitações expostas), pode servir como fonte de consulta para pesquisas futuras sobre a relação da participação das MPEs, o crescimento econômico e a redução da pobreza. Melhorando as variáveis utilizadas e o período analisado, pois os efeitos econômicos sempre estão em constante mudança. Alterando os resultados encontrados.

REFERÊNCIAS

- Ayyagari, M., Beck, T.H.L. & Demirgüç-Kunt, A. (2007). Small and médium enterprises across the globe. *Small Business Economics: An International Journal*, 29, 4, p. 415-434.
- Agyapong, D. (2010). Micro, small and medium enterprises: activities, income level, and poverty reduction in Ghana; a synthesis of related literature. *International Journal of Business and Management*.
- Beck, T., Demirgüç-Kunt, A. & Levine, R. (2005). Smes, growth and poverty. *Journal of Economic Growth*, 10(3), 199-229. DOI: 10.1007/s10887-005-3533-5.
- BNDES, Banco Nacional de Desenvolvimento. (2018). *Classificação de porte das empresas*. Recuperado em 22 maio, 2018, <https://www.bndes.gov.br/arquivos/circular-aex/circular-03-2018.pdf>.
- Brown, S. (1990). Innovation and evolution in UK retailing: the retail warehouse. *European Journal of Marketing*, v. 24, n. 9, p. 39-54.



Carrasco-Monteagudo, I. & Buendía-Martínez, I (2013). Corporate Social Responsibility: A Crossroad between Changing Values, Innovation and Internationalisation. *European Journal of International Management*, 7 (3): 295–314.

CONFAZ, Conselho Nacional de Política Fazendária. (2018). *Boletim de arrecadação disponível de dezembro de 1996 até a presente data*. Recuperado em: 22 maio, 2018, <https://www.confaz.fazenda.gov.br/legislacao/boletim-do-icms>.

Domingo Ribeiro-Soriano, D. (2017). Small business and entrepreneurship: their role in economic and social development. *Entrepreneurship & Regional Development*, 29:1-2, 1-3, DOI: 10.1080/08985626.2016.1255438.

Everton Junior, A. (2017). MPE: Avanços importantes para as micro e pequenas empresas 2017-2018 – Rio de Janeiro. *Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo*, 2017.

García-Zamora, E., González-Benito, O. & Muñoz-Gallego, P. A. (2013), Organizational and Environmental Factors as Moderators of the Relationship Between Multidimensional Innovation and Performance, *Innovation: Management, Policy and Practice*, Vol. 15, No. 2, pp. 224-244.

Godar, S. H., O'Connor, P. J. & Taylor, V. A. (2005). Evaluating the Ethics of Inversion. *Journal of Business Ethics* 61 (1): 1–6.10.1007/s10551-005-1176-2.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2018). Recuperado em 28 maio, 2018. <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/por-cidade-estado-estatisticas.html>. Acesso em: 28.mai.2018.

Kitching, G. (1982). *Development and Underdevelopment in Historical Perspective*, Methuen, London.

Mukras, M. S. (2003): Poverty reduction through strengthening small and medium enterprises, Pula: *Botswana Journal of African Studies*, 17 (2): 58 – 69.

Narangajavana, Y., Gonzalez-Cruz, T., Garrigos-Simon, F. J., & Cruz-Ros, S. (2016). Measuring Social Entrepreneurship and Social Value with Leakage. Definition, Analysis and Policies for the Hospitality Industry. *International Entrepreneurship and Management Journal* 12 (3): 1–24.

Neumark, D.; Wall, B. & Zhang, J. (2011). Do Small Businesses Create More Jobs? New Evidence for the United States from the National Establishment Time Series. *The Review of Economics and Statistics*, v. 93, n. 1, p. 16–29.

OIT, Organização Internacional do Trabalho. (2015). *Panorama Temático Laboral - Pequeñas empresas, grandes brechas: Empleo y condiciones de trabajo em las MYPE de America Latina y el Caribe*. Lima: Oficina Regional para America Latina y el Caribe. *Organización Internacional del Trabajo*. v. 2. junho de 2015. 72 p.

Pagano, P. & Schivardi, F. (2000). Firm Size Distribution and Growth. *The Scandinavian Journal of*



Economics, 105, 255–274.

Portal do Simples Nacional. (2018). Recuperado em 25 maio, 2018, <http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/Arrecadacao/EstatisticasArrecadacao.aspx>.

Kumar, K., Rajan R. & Zingales, L. (2001). What Determines Firm Size. *National Bureau of Economic Research*, NBER Working Paper, n° 7208.

SEBRAE, *Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas*. (2018). https://m.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/estudos_pesquisas/conjuntura-economicadestaque10,0a080b91762b3410VgnVCM1000003b74010aRCRD.

SEBRAE, *Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas*. (2007). Fatores condicionantes e taxa de mortalidade de empresas no Brasil. Brasília.

SEBRAE, *Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas*. (2011). Fatores condicionantes e taxa de mortalidade de empresas no Brasil. Brasília.

SEBRAE, *Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas*. (2013). Fatores condicionantes e taxa de mortalidade de empresas no Brasil. Brasília.

Storey, D. J. (2016). *Understanding the small business sector*. London/New York: Routledge, 346 p.

Snodgrass, D. & Biggs, T. (1996) Industrialization and the Small firm. *International Center for Economic Growth*.

World Bank. (1994). *Can Intervention Work? The Role of Government in SME Success*. Washington, DC: World Bank.

World Bank. (2002). *Review of Small Business Activities*. Washington, DC: World Bank.

World Bank. (2004). *Review of Small Business Activities*. Washington, DC: World Bank.

You, J. (1995). Small Firms in Economic Theory. *Cambridge Journal of Economics*, 19, 441–6.